



PORTARIA TRT13 GDG N.º 185/2022, DE 13 DE JULHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DE SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, tendo em vista o PROAD TRT13 N.º 1862/2022 e as regras dispostas no inciso III do artigo 58 c/c artigo 67, ambos da Lei N.º 8.666/1993, no artigo 6º do Decreto N.º 2.271/1997 e no [ATO TRT/13ª CGP N.º 001/2021](#) (art. 1º, letra "v"),

RESOLVE

I - Designar a servidora e servidores abaixo nominados e qualificados, para atuarem como gestores e fiscais, do **Contrato TRT N.º 24/2022**, firmado entre empresa **SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A**, que tem por objeto a aquisição de certificado digital do tipo Wildcard, para ser utilizado nos sites e sistemas web do TRT13 com a finalidade de garantir segurança aos usuários e autenticidade dos nossos sites e Certifica do Digitale - CNPJ, tipo A-1, para ser utilizado na identificação digital do TRT13 com a finalidade de garantir a autenticidade do mesmo em transações digitais, ambos com validade de 12 (doze) meses:

- **Gestora Titular: HERÍKA FÉLIX BRITO**, Técnica Judiciária, Contabilidade, Área Administrativa, Matrícula N.º 201.348.047, lotada na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

- **Gestor Substituto: RAIMUNDO JOSÉ CAMPOS JÚNIOR**, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, Matrícula N.º 201.330.660, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

- **Fiscal Técnico: PAULO ALCEU DE PINHO REGO VIEIRA**, Técnico Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, Matrícula N.º 201.357.215, lotado na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

- **Fiscal Técnico Substituto: EWERTON LEANDRO DA COSTA ARAÚJO**, Analista Judiciário, Apoio Especializado, Tecnologia da Informação, Matrícula N.º 201.327.842, lotado na

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;

- **Integrante Administrativo: MICHEL TRAVASSOS DA SILVA**, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Sem Especialidade, Matrícula N.º 201.319.564, lotado na Secretaria Administrativa;

II – Determinar a observância do disposto no artigo 3º, incisos I a V, do ATO TRT GP N.º 121/2001 e da legislação de regência da matéria, bem como a assinatura da declaração registrando o conhecimento integral dos termos do Contrato (ACÓRDÃO N.º 829/2017 – TCU);

III – Recomendar a servidora e os servidores ora designados, à guisa de boa prática administrativa, nos termos da orientação do TCU (item 1.7.3 do Acórdão N.º 8.005/2011-1ªC e TC-007.114/2011-7 – publicado no DOU de 20.09.2011, seção 1, p. 158), a utilização – no que couber – do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (última modificação em 14/04/2015) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, disponibilizado no endereço eletrônico: <http://www.inpi.gov.br/sobre/arquivos/manualfiscal.pdf/view>.

IV – Os casos omissos serão resolvidos por esta Diretoria-Geral da Secretaria.

Dê-se ciência.

Publique-se.

(assinado eletronicamente)

ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA

Diretor-Geral da Secretaria